

# A REFORMA DA LEI ORGÂNICA DO ENSINO SECUNDÁRIO

*PROF. JOÃO OTÁVIO LOBO*

(Catedrático de Medicina Legal)

Em seguida, e por delegação do líder da maioria, ocupou a tribuna o Sr. Deputado Otávio Lôbo que, a propósito do projeto de reforma da Lei Orgânica do Ensino Secundário, pronunciou o seguinte discurso:

“Senhor Presidente:

Venho tecer algumas considerações sôbre o Projeto n. 4.132, de 1954, que altera certos artigos da Lei Orgânica do Ensino Secundário.

Êste comentário serve de justificativa às emendas que, ora, apresento à proposição em discussão, relativas à permanência da discriminação do curso colegial, em clássico e científico, e à obrigatoriedade do latim e filosofia, no currículo do ensino secundário.

É, também, a explicação de meu voto restritivo ao projeto em aprêço.

Preliminarmente, quando da discussão da presente proposição, no seio da douta Comissão de Educação e Cultura, votei com restrição, por entender que se não devia trazer ao debate do plenário a modificação da lei vigente, senão o projeto de Di-

retrizes e Bases da Educação Nacional que, há tanto tempo, dorme, nesta Casa, um sono quase de morte.

Não é que acredite, exumado êsse já célebre projeto, tivesse o mesmo a magia de solucionar o problema dos problemas da Nação.

Seria, contudo, a oportunidade de ser ventilado tão magno assunto, examinadas e perquiridas as causas, a razão-mãe da decadência do ensino, principalmente, do segundo grau.

E dêsse atrito de idéias, talvez fôsse possível encontrar-se uma fórmula geral de legislação, que se ajustasse às necessidades nacionais, sem fugir, de muito, dos cânones pedagógicos e das normas da didática.

Pois, o de que precisamos, substancialmente, não é tanto da correção, "per summa capita", da Lei Orgânica do Ensino Secundário, consertando-lhe senões, remendando-lhe lacunas, como quem medica pelos sintomas, deixando à margem as causas do distúrbios, senão o exame acurado das razões por que há êsse descompasso entre o que se ensina e o que se não aprende.

A douta Comissão de Educação e Cultura, de que tenho a honra de ser humilde membro, sabe melhor do que eu os motivos cardiais dêsse desajustamento, no ensino.

Contudo, achou mais oportuno (e nisto é que dela dissinto, com a devida vênia), em vez de examiná-los e discutí-los, em largo debate, desde o ensino primário ao superior, trazendo ao plenário desta Casa o já sedição, por fôrça de repetição, e crônico projeto de Diretrizes e Bases, alterar alguns artigos da lei do ensino em vigência.

Creio que, se essas modificações, em determinados artigos, se amoldam, com exatidão, às exigências do ensino, em outros, porém, não condizem, precisamente, com as causas responsáveis de seu pouco rendimento.

Quando do estudo do projeto de Diretrizes e Bases, na douta Comissão de Educação e Cultura, se acordou em que o seu preclaro presidente Eurico Sales fôsse o relator dos relato-

res parciais, (e ninguém mais indicado para tão alto mister), sentia-se que o nobre relator só poderia desincumbir-se, galhardamente, do encargo, ante a visão panorâmica da matéria, resguardados os elos que, harmônicamente, vinculam o ensino, em seus vários graus e diversos ramos.

Entrando, hoje, em discussão, o Projeto 4.132, que modifica, em parte, a lei Orgânica do Ensino Secundário, continuo coerente com meu ponto de vista anterior: Sanear o ensino secundário de alguns defeitos, sem o corretivo das causas mediatas que remontam ao ensino primário, pode ser medida de emergência, mas não é solução de estabilidade.

Não seria intempestivo, neste momento, Sr. Presidente, analisar, de relance, as origens da diátese do ensino secundário.

Presentemente, assistimos à corrida de um sem conto de educandos a êsse setor. Êsse movimento inusitado, êsse despertar da consciência da mocidade é sinal de vitalidade de povos jóvenes.

É o instinto mesmo da nação que procura a vocação de seu destino.

É a juventude mobilizada, na metrópole, nas capitais, nas cidades, nas vilas, nos núcleos rurais, em todo o país.

Informam as estatísticas que, nos últimos vinte anos, de 1933 a 1953, o número de alunos, no ensino do segundo grau, aumentou de 66.420 para 389.762. Houve um crescimento de 490%.

Para que se avalie bem êsse incremento, basta compará-lo com o dos ensinos primário e superior, cujas taxas foram, no mesmo período, respectivamente, de noventa e oitenta por cento.

E que pede essa mocidade? — Educação que, consoante nossa Carta Magna, é direito de todos.

E por que clamam muitos dêsses adolescentes? — Pelo ensino secundário que, está escrito na Constituição, é gratuito para quantos provarem falta ou deficiência de recursos.

Ante essa crise do ensino, permaneceu inativa a União, enquanto se mobilizava a iniciativa particular, na multiplicação

de inúmeros ginásios e colégios. A rêde de estabelecimentos de ensino secundário, em todo o país, abrangia, em 1952, o total de 1.588 unidades.

Tirante o Colégio Pedro II, o único mantido pela União, (deixo de parte o ensino militar), e outros mantidos pelo Distrito Federal e Estados, a grande maioria é obra do esforço particular cuja colaboração, nesse campo da educação e ensino, é, deveras, notável, quer quanto às escolas (85% de unidades), quer quanto ao discipulado (75% de alunos).

O crescimento anômalo do ensino secundário engendrou a improvisação de ginásios, colégios e professores. Estabelecimentos escolares, sabemos que os há modelares e perfeitos, — instituições que elevam o ensino e educação à altura de sua dignificação e ao patriótico ideal da íntegra formação de nossas gerações. “Mas ainda há estabelecimentos e infelizmente eu não posso deixar de reconhecer e proclamar que numerosos, no ensino secundário do Brasil, (diz, em palavras candentes, o Sr. Ministro Antônio Balbino) que são verdadeiras guitarras, que são verdadeiras arapucas, que são caça-níqueis despudorados, nos quais não há espírito, não há alma, não há coisa alguma. Há professores que não têm noção de seu mister, de seu magistério, e então acham que podem realmente se sentar numa cátedra de ensino com o mesmo espírito de um vendedor ambulante de feira, que podem falsificar ou mistificar na qualidade da mercadoria, que podem enganar o freguês no pêso, aohando que isso é apenas um atestado de sabedoria e inteligência”. Se os instrumentos do ensino são êsses, que obra há de ser a nossa cultura e educação?

Educação e ensino é tarefa que se faz com largos recursos. Não basta exarar, em lei, a norma perfeita. Não é suficiente tão só o entusiasmo dos que se devotam a essa missão. É muito, mas não é tudo.

O Sr. Adahil Barreto — V. Excia. me permite um aparte?

O Sr. Otávio Lôbo — Perfeitamente.

O Sr. Adahil Barreto — Desejo ressaltar que as considera-

ções que V. Excia. vem fazendo, cheias de revelações e de advertências oportunas, devem merecer a atenção da Câmara, porque partidas de verdadeira autoridade no assunto.

V. Excia., além da sua qualidade de professor emérito de estabelecimento superior de ensino, tem-se caracterizado, na Comissão de Educação, da qual também tenho a honra de fazer parte, como estudioso dedicado e consciente da gravidade dêsse problema. Daí porque, penso, V. Excia. deve ser ouvido com consideração, notadamente pela Comissão de Educação e Cultura, a fim de que possamos corrigir as falhas por V. Excia. apontadas com tanta proficiência.

O Sr. Otavio Lôbo — Agradeço, profundamente, o aparte de V. Excia.

É necessário, ainda, mobilizar meios de execução.

E que recursos financeiros tem a União invertido no ensino secundário? No orçamento de 1953, as despesas fixadas para êsse ensino foram de Cr\$ 302.089.160,00, de Cr\$ 161.005.160,00 para o ensino primário e de Cr\$ 1.389.768.600,00 para o superior. O desamparo ao ensino do 2.º grau, relegado, financeiramente, a plano “secundário”, tem sido uma das causas de sua deficiência.

Não se quer, por certo, que tome a União, integralmente, o ônus de tamanha tarefa, pois, o encargo estaria acima das possibilidades do erário. Além disto, o ensino oficial é demasiado caro. Como exemplo, basta considerar que, enquanto o custo por aluno, na escola oficial, em 1951, foi de Cr\$ 6.840,00, o da escola particular atingiu a Cr\$ 1.978,00.

É dever, porém, do Poder Público ir ao encontro da iniciativa particular, levantando o ensino a nível de maior rendimento e moralidade.

Sentindo essa precária situação, a douta Comissão de Educação e Cultura apresentou o Projeto 3.112, de 53, já aprovado, dispondo sôbre a cooperação financeira da União em favor do ensino do segundo grau, o qual, sintetizando os mesmos obje-

tivos das proposições dos nobres deputados Leite Neto, Daniel Faraco, Campos Vergal e José Guimarães, expressa bem a perfeita compreensão desta Casa do Congresso sobre tão relevante matéria.

Vale-nos, ainda, a esclarecida orientação que vem dando, no setor do ensino do segundo grau, o Ministro da Educação.

O Decreto 34.638, de 17 de Novembro do ano passado, que institui a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário, cujo objetivo é o “aperfeiçoamento de professores, técnicos e administradores de ensino secundário”; a campanha de bolsas de estudos, a qual visa a “possibilitar o prosseguimento da educação aos adolescentes que, tendo capacidades e desejo, se vejam impedidos, entretanto, por falta de recursos”; o plano de reestruturação dos Serviços de inspeção (e nesta esfera, nós o sabemos, há inspetores de todos os quilates, desde técnicos perfeitos até agentes postais) no sentido da execução plena do artigo 75 da Lei Orgânica do Ensino Secundário, quer sob o aspecto administrativo, quer, sobretudo, sob o prisma da orientação técnica, ora em elaboração, na Diretoria do Ensino Secundário; tôdas essas medidas de emergência dizem alto da necessidade de uma revolução no ensino, que venha vascolear o senso de responsabilidade dos homens públicos e a própria consciência nacional.

Dentre outras, sobressai, como causa de enfraquecimento do ensino secundário, a improvisação de alunos, de que nos fala, com mestria, o professor Lourenço Filho.

Os alunos que ingressam no ginásio, em grande maioria, não estão em condições de preparo intelectual para assimilar o ensino secundário.

São frutos imaturos que percorrem as séries do ginásio e colégio, sem receptividade para perfeita formação humanística.

“No ano de 1942, diz o professor Lourenço Filho, concluíram a 5.<sup>a</sup> série primária, nas escolas primárias de todo o país, apenas 29.619 alunos”.

Normalmente, seriam êsses os *únicos* a poder aspirar à matrícula nas secundárias, bem como nos cursos básicos do comércio, da indústria, da agricultura.

O Sr. Nestor Jost — Estou apreciando, com atenção e com o respeito que V. Excia. merece, o belíssimo discurso que está pronunciando. A propósito da coordenação dos diversos graus de ensino, na parte em que V. Excia. alude ao ingresso dos elementaristas no curso secundário, poderia situar da mesma forma o ingresso dos ginasianos na escola superior. Tanto os que terminam o curso primário como os que concluem o curso secundário são forçados, por falta de entrosamento nos diversos ramos do nosso ensino, a estudos particulares fora dos currículos oficiais. Dá-se o mesmo fenômeno entre os que terminam o curso primário e pretendem o ensino secundário, assim como entre aquêles que concluem o curso colegial e pleiteam ingresso nas escolas superiores. Falta, repito, entrosamento nos diversos ramos do ensino.

O Sr. Octávio Lôbo — Muito obrigado pelo aparte de V. Excia., que será, com prazer, registrado.

Pois bem: no ano seguinte, na 1.<sup>a</sup> série das escolas secundárias, e só das escolas secundárias, estavam matriculados 62 mil alunos. Não é tudo. Ao passo que a matrícula nessa 1.<sup>a</sup> série ia aumentando sempre, a cada ano o contingente dos alunos aprovados na 5.<sup>a</sup> série primária ia diminuindo: de 29 mil naquele ano de 1942, passava a 23 no ano de 1947; a 12 mil, no ano seguinte; e a 11.024, no ano de 1949. Vêde bem: 11.024 alunos, apenas. Ora, no ano de 1950, matricularam-se na 1.<sup>a</sup> série ginásial cêrca de cem mil alunos. No ano passado, teve essa série mais de 120 mil inscritos, para talvez uns 20 que hajam chegado ao 5.<sup>o</sup> ano primário. Direis que é demasiada a exigência do 5.<sup>o</sup> ano, e que bastarão os estudos do 4.<sup>o</sup> ano. É assunto a discutir. Contudo, aceitemos a hipótese, tão sòmente para argumentar. Quantos alunos chegaram até a 4.<sup>a</sup> série nas escolas primárias de todo o país, incluídas

tôdas as vilas e cidades onde exista...? Ainda no ano de 1943, apenas 170 mil; em 1947, apenas 193 mil; ainda em 1949, apenas 223 mil.

Chegamos, pois, a êste triste resultado: só fazem estudos até o 5.º ou 4.º ano primário os alunos brasileiros cujas famílias pretendem levá-los a estudos ulteriores! Êste fato não encontra paralelo senão nos mais atrasados países do mundo”.

Se o material humano das escolas secundárias é êsse, sem condições de preparo básico, sem essa continuidade que deve caracterizar a passagem do primário ao ginásial, *em termos de metódica progressão*, sem filtros seletivos, pois os fatos demonstram que, em geral, os exames são ineficazes, o ensino secundário será sempre, e fatalmente, um ensino falho e, sobretudo, deformativo da personalidade do adolescente.

Por falta dêsse aprendizado fundamental, vai a matrícula, todos os anos, minguando, dramaticamente, nas várias séries do ginásio e colégio. Em 1951, a matrícula na 1.ª série do curso ginásial foi de 116.179 alunos, sendo, apenas, na 3.ª série do curso colegial, no mesmo ano, de 12.205. Em 1952, de 12.042 na 1.ª série do ginásio, baixou a 12.057 na 3.ª série do colégio.

Que haja certa redução na matrícula das séries dos ciclos secundários, compreende-se, pela distribuição de alunos em cursos profissionais. Mas há os que abandonam o estudo por falta de recursos econômicos e, em grande parte, por insuficiência de preparo. E o pior não são êsses que ficam, no meio do caminho, barrados por dificuldades financeiras ou carência de conhecimentos... São os que, frustrados, burlam e fraudam o ensino de todos os modos, até com a conivência criminosa de alguns professores.

Dêsses fraudadores do ensino, com personalidade deformada, é que saem, por sem dúvida, os que, na esfera pública, se derramam extravasados do senso de equilíbrio e responsabilidade.

Não maravilha, assim, que haja êsse clamor contra o nú-

mero exagerado de disciplinas, no currículo do ensino secundário.

Na França, na Alemanha, na Inglaterra, na Itália, nos Estados Unidos da Norte-America, as disciplinas obrigatórias, no currículo do curso de segundo grau, equivalem, mais ou menos em número, às exigidas pela nossa Lei Orgânica.

E não me consta que, por lá, haja brado de revolta contra o número de matérias.

Sei que são países de alto nível de cultura e educação. Aqui, onde o analfabetismo orça por 73% e o ensino secundário anda anemiado e o superior, balbuciante, ainda, na pesquisa científica, há de se reduzir para que se ajuste à realidade brasileira o currículo secundário à sua expressão mais simples.

Mas, a realidade brasileira, no caso do ensino secundário, é a melancólica expressão dessa falta de aprendizado básico que, do curso primário, se vai projetando, como uma penumbra, de série em série, através de todos os ramos do ensino.

Hoje, em nome das necessidades nacionais, amputamos 9 disciplinas do currículo, amanhã talvez, em nome dessa realidade brasileira, sejamos obrigados a um segundo corte, de modo que, não muito longe, há de chegar um dia em que o estudo de humanidades, em nosso país, será deliciosa pilhéria. Reconheço, com tristeza, que nesta conjuntura, somente uma medida de emergência, que amenise o currículo, pode melhorar o rendimento do ensino.

Mas, temo, em consciência, que, nesse plano inclinado, descaímos, aos poucos, sem esforço, pelo próprio impulso natural da menor resistência, à larga planície da simples alfabetização da mocidade brasileira...

A discriminação em curso clássico e científico, que o presente projeto suprime, parece-me, deve permanecer. Após o curso ginásial, o aluno, orientado pelo professor, já deve ter, por certo, sentido o roteiro de sua vocação, nesse patamar final, onde se

dicotomiza o *divortium aquarium* dêesses grandes rumos: — a tendência para as línguas, letras, estudos sociais, filosofias e o pendor para as matemáticas, ciências biológicas e físico-químicas. Educar e ensinar, sem orientação vocacional, sem redistribuição do indivíduo, nos vários ramos do ensino, segundo suas aptidões e tendências, é criar desajustados, no meio social.

Entretanto, desarmônica tem sido essa distribuição no ensino secundário. A proporção, a estruturação e a distribuição das escolas correspondentes aos vários ramos do ensino médio, — secundário, comercial, agrícola, industrial, diz Carlos Pasquale — não consultam as oportunidades que as condições do país oferecem para a aplicação das atividades individuais. Até um leigo pode tomar consciência dessa situação, comparando o número de matrículas, verificadas em 1951, nos três mais concorridos ramos do ensino médio: 365.851, nos cursos secundários, 88.082, nos comerciais, e 36.754, nos industriais. A distribuição de alunos pelos vários ramos do ensino, também aqui, (refere-se ao ensino superior) não aparece condicionada às solicitações nacionais, conforme prova o seguinte fato: das 10.634 conclusões de curso verificadas em 1952, os de direito figuram ainda em posição de relêvo, com o total de 1.705, ultrapassando os de medicina (1.212) de engenharia (1.053), de enfermagem (331), de agronomia (275) e de química industrial (119).

Algo de notável tem sido o surto de industrialização que, nos últimos lustros, se vem processando no país. De 300 mil operários em 1920, hoje contamos com um milhão e meio.

Era natural, no entanto, que, dentre os ramos de ensino médio, o de maior incremento fôsse, proporcionalmente, o industrial, pelas oportunidades abertas, nos vários setores dessa atividade.

Contudo, na distribuição dos alunos para os diversos ramos educacionais, cresce o número dos que procuram as atividades liberais, e mingnam os que se encaminham para os campos técnico

-profissionais. Sente-se, assim, que ao nosso sistema de ensino falta, como *leit-motiv*, o sentido vocacional, que é a razão mesma da educação. A terapêutica para tão grave falha encontra-se na formação do professorado que, pela competência e compreensão perfeita da alta missão de que é investido, oriente a mocidade de nossas escolas.

Infelizmente “a situação do magistério secundário ainda é esta: apenas 16% dos atuais professores possuem formação especializada, e das 2.191 novas inscrições, efetuadas, em 1952, na Diretoria do Ensino Secundário, apenas 369 — menos de 17% do total — correspondem a portadores de Faculdades de Filosofia. Vale isto dizer que a grande maioria — precisamente 85% dos diplomados — não se encaminha para o exercício da profissão para a qual se habilitou e, onde sobram, como todos vós podeis testemunhar — as oportunidades de trabalho”. (Carlos Pasquale).

A bifurcação em curso clássico e científico tem sua justificativa nas raízes mesmas do processo educacional: orientar tendências e aptidões individuais.

Nessa dicotomia geral que é a definição de dois largos rumos se contêm os demais caminhos que conduzem o educando aos múltiplos ramos do ensino superior. Flexibilidade não contradiz, antes, reclama essa orientação geral.

É mister não esquecer que uma das finalidades do ensino secundário é a formação humanística do adolescente. Não se relega a segundo plano a educação cultural nas várias esferas do trabalho.

Já vai longe o tempo da educação intelectualizada, privilégio das elites e de aprendizado de artes e ofícios, destinado somente ao homem do povo. A beleza da democracia está, precisamente, em oferecer a todos, indiscriminadamente, tôdas as oportunidades e de considerar condignas tôdas as profissões.

Mas educação comum não significa educação uniforme. Se a dignidade do operário que martela a bigorna é igual à do es-

pecialista que experimenta *in anima vili* a toxidez do medicamento, há, contudo, entre ambos, em relação à complexidade de estudos, a cópia de conhecimentos que cada função requer, uma hierarquia de valores — valores profissionais, intelectuais, cívicos, espirituais, morais...

Com a discriminação, em curso científico e clássico, em regime de ampla flexibilidade, quer-se dar ênfase à dignidade das profissões e à hierarquia dos valores...

Eis porque, nesta sequência de idéias, não é convinável a supressão da Filosofia e do Latim dentre as disciplinas obrigatórias.

Na França, na Alemanha, na Inglaterra, na Itália, em Portugal, em alguns Estados da Norte-América, o latim figura sempre no currículo e a filosofia, muita vez, está presente. A inclusão obrigatória destas disciplinas empresta-lhes, psicologicamente, maior valor.

Em país, como o nosso, em que há tão pouco pendor para a indagação científica, tanta facilidade para generalizações apresadas, muita inclinação para a conceituação comodista dos preceitos morais, o estudo dessas matérias é de inestimável valia.

Não se quer que o educando seja filósofo, na acepção própria do termo, (em outro sentido, de estudantes filósofos eu sei de muitos) mas que se lhe dê oportunidade de conhecimentos indispensáveis de lógica, de psicologia, de ética.

Em qualquer ramo do conhecimento, a disciplina da inteligência e as regras metodológicas valem meio caminho. E nada supre, no tumulto da vida moderna, na inquietação materialista do século, no menosprêso à pessoa humana as noções que a psicologia e a ética dão aos valores do espírito.

Quanto ao latim, é disciplina que obriga certa ginástica mental, adestrando o aluno na prática do raciocínio. Não se quer, precipuamente com o ensino do latim que o educando se inteire, pelo manusear dos clássicos, da história da antiguidade romana. Para tal objetivo fôra mistér o completo domínio da língua. De-

mais, hoje, em quase todos os idiomas, há versões perfeitas dessa literatura do passado. Mas, o que se deseja, com a obrigatoriedade do latim, em nossos currículos, é, acima de tudo, a preservação dêsse espírito da latinidade que, na cultura ocidental, é ainda uma nota de simplicidade, de limpidez e de arte. Língua morta, como expressão comum do pensamento de um povo, é contudo, ao lado do grego, estratificação da cultura clássica mediterrânea — período quaternário histórico de que se engendrou a civilização do Ocidente.

Viva, ainda hoje, nos seus aforismos lapidares e imortais, na nomenclatura científica, em grandes centros universitários, no corpo e no espírito do Direito e, sobretudo, como instrumento de criação, na catolicidade, onde quer que se abra um túmulo, onde quer que se erga uma ermida.

E, acima de tudo, é a origem do nosso idioma e sòmente o conhecera bem os que lhe vão às nascentes. Essa influência do latim, o pressentira, em França, o gênio de Anatole, ao afirmar em "La Vie Litteraire": Quem o ignore, desconhece, por certo, a soberana clareza do discurso e só os que o sabem têm sabido pensar com vigor.

Como se poderá, então, excluir do currículo essa disciplina, estancando-se, assim, a fonte de nossa própria língua, rompendo-se, portanto, a preciosa tradição que nos une à civilização mediterrânea?

Educação é tradição, na frase de Chesterton. E, para nós, não há tradição mais grata que essa que nos prende ao idioma do Lácio.

Enquanto a Alemanha, a Inglaterra, a União Soviética conservam com carinho o latim, em seus currículos, nós, os latinos, havemos de baní-lo?

Onde o culto à tradição? Onde o amor ao vernáculo?

Cortadas as amarras que nos vinculam ao latim, não dou muito, neste país de imigração, que, amanhã, a língua nacional se vá enxertando de estrangeirismos de tôdas as fontes, do ale-

mão, do japonês, do italiano, do árabe e quejandos, e se vá, assim, abastardando, comprando, esgarçando em dialetos, de tal modo que o cearense que aporte ao sul ou o catarriense que se abale até o norte não se entenda, como hoje, na língua comum, que é, neste imenso país, forte elo de nacionalidade.

E nessa época, terá perdido o sentido êste verso do épico da raça:

E na língua, na qual quando imagina,  
Com pouca corrução, crê que é latina.